

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DOCENTE

INCLUSIVE EDUCATION IN MAINSTREAM SCHOOLS: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR TEACHING PRACTICE

EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LA ESCUELA REGULAR: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES PARA LA PRÁCTICA DOCENTE

Jefferson Lourenço Ulrichsen¹
Ozana da Silva Fernandes Neves²
Rummenigge Ribeiro da Rocha³
Andréia Costa Dias Ferreira⁴

RESUMO: A educação inclusiva na escola regular constitui uma temática de grande relevância no cenário educacional contemporâneo, por estar diretamente relacionada ao direito de todos os estudantes a uma aprendizagem significativa, equitativa e respeitosa em relação às suas diferenças. Nesse contexto, a escola regular é desafiada a se reorganizar para acolher a diversidade humana e promover práticas pedagógicas que favoreçam a participação e o desenvolvimento de todos. Este estudo teve como objetivo geral analisar os desafios e as possibilidades da educação inclusiva na escola regular, considerando suas implicações para a prática docente no processo de ensino e aprendizagem. A escolha do tema se justifica pela necessidade de ampliar as reflexões sobre a inclusão escolar, especialmente diante das dificuldades ainda encontradas no cotidiano das instituições de ensino, como a falta de formação específica, a escassez de recursos pedagógicos e as barreiras atitudinais que dificultam a efetivação de práticas verdadeiramente inclusivas. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, com base na análise de produções acadêmicas sobre educação inclusiva, prática docente e escola regular. Conclui-se que a inclusão escolar, embora amparada por marcos legais e princípios educacionais importantes, ainda exige avanços no campo da formação docente, da organização escolar e das práticas pedagógicas, de modo que a escola possa se constituir, de fato, como um espaço de acolhimento, equidade e aprendizagem para todos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Prática Docente. Escola Regular.

¹Cursando mestrado em Ciências da Educação, Universidad Autónoma de Asunción (UAA).

²Mestranda em ciências da Educação, Universidad Autónoma de Asunción (UAA).

³Mestrando em Ciências da Educação, Universidad Autónoma de Asunción (UAA).

⁴Mestranda em Ciências da Educação, Universidad Autónoma de Asunción (UAA).

ABSTRACT: Inclusive education in mainstream schools is a highly relevant topic in the contemporary educational landscape, as it is directly related to the right of all students to meaningful, equitable, and respectful learning in relation to their differences. In this context, mainstream schools are challenged to reorganize themselves in order to embrace human diversity and promote pedagogical practices that foster everyone's participation and development. This study aimed to analyze the challenges and possibilities of inclusive education in mainstream schools, considering its implications for teaching practice in the teaching and learning process. The choice of this topic is justified by the need to broaden reflections on school inclusion, especially in light of the difficulties still found in the daily life of educational institutions, such as the lack of specific training, the scarcity of pedagogical resources, and attitudinal barriers that hinder the implementation of truly inclusive practices. Methodologically, the research was developed through a literature review, with a qualitative and exploratory approach, based on the analysis of academic productions on inclusive education, teaching practice, and mainstream schooling. It is concluded that school inclusion, although supported by legal frameworks and important educational principles, still requires progress in the field of teacher education, school organization, and pedagogical practices, so that the school may truly become a space of welcome, equity, and learning for all.

Keywords: Inclusive Education. Teaching Practice. Mainstream School.

RESUMEN: La educación inclusiva en la escuela regular constituye una temática de gran relevancia en el escenario educativo contemporáneo, ya que está directamente relacionada con el derecho de todos los estudiantes a un aprendizaje significativo, equitativo y respetuoso de sus diferencias. En este contexto, la escuela regular se ve desafiada a reorganizarse para acoger la diversidad humana y promover prácticas pedagógicas que favorezcan la participación y el desarrollo de todos. Este estudio tuvo como objetivo general analizar los desafíos y las posibilidades de la educación inclusiva en la escuela regular, considerando sus implicaciones para la práctica docente en el proceso de enseñanza y aprendizaje. La elección del tema se justifica por la necesidad de ampliar las reflexiones sobre la inclusión escolar, especialmente ante las dificultades que aún se encuentran en la vida cotidiana de las instituciones educativas, como la falta de formación específica, la escasez de recursos pedagógicos y las barreras actitudinales que dificultan la implementación de prácticas verdaderamente inclusivas. Metodológicamente, la investigación se desarrolló mediante una revisión de literatura, con enfoque cualitativo y carácter exploratorio, basada en el análisis de producciones académicas sobre educación inclusiva, práctica docente y escuela regular. Se concluye que la inclusión escolar, aunque respaldada por marcos legales y principios educativos importantes, aún exige avances en el campo de la formación docente, de la organización escolar y de las prácticas pedagógicas, para que la escuela pueda constituirse, de hecho, como un espacio de acogida, equidad y aprendizaje para todos.

Palabras clave: Educación inclusiva. Práctica docente. Escuela regular.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma das discussões mais importantes no campo educacional, especialmente por estar diretamente relacionada ao direito de todos os estudantes a uma formação escolar digna, participativa e de qualidade. Em

uma sociedade marcada por diferenças sociais, culturais, cognitivas e físicas, pensar a escola regular como espaço de inclusão significa reconhecer que o ambiente escolar precisa estar preparado para acolher a diversidade humana em toda a sua complexidade. Nesse sentido, a inclusão escolar não se limita ao acesso do estudante à matrícula ou à permanência física em sala de aula, mas envolve a garantia de condições reais para sua participação, aprendizagem e desenvolvimento integral.

No contexto da escola regular, essa discussão torna-se ainda mais relevante porque é nesse espaço que os desafios da convivência com a diversidade se tornam mais evidentes e, ao mesmo tempo, mais necessários de serem enfrentados com sensibilidade, compromisso e responsabilidade pedagógica. A presença de estudantes com necessidades educacionais específicas exige da escola não apenas adequações estruturais, mas também mudanças nas concepções de ensino, nas práticas pedagógicas e na forma como o professor compreende o processo de aprendizagem. A educação inclusiva, portanto, convida a uma revisão profunda de modelos tradicionais de ensino, rompendo com práticas excludentes e promovendo uma educação mais equitativa, humana e democrática.

Diante dessa realidade, o presente estudo tem como tema Educação inclusiva na escola regular: desafios e possibilidades para a prática docente. A escolha dessa temática se justifica por sua relevância social, educacional e humana, uma vez que a inclusão escolar ainda se apresenta como um dos grandes desafios da educação contemporânea. Embora existam legislações, políticas públicas e documentos orientadores que assegurem o direito à educação inclusiva, sua efetivação no cotidiano escolar ainda encontra barreiras importantes, como a falta de formação específica para os docentes, a escassez de recursos pedagógicos, as dificuldades de adaptação curricular e a permanência de barreiras atitudinais que dificultam uma prática verdadeiramente inclusiva. Assim, discutir esse tema é essencial para ampliar reflexões sobre o papel da escola e, principalmente, sobre a centralidade da prática docente na construção de uma educação comprometida com a diversidade.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os desafios e as possibilidades da educação inclusiva na escola regular, considerando suas implicações para a prática docente no processo de ensino e aprendizagem. Para atender a esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação da educação inclusiva na escola regular; compreender de que forma a prática docente pode contribuir para a promoção da inclusão e da aprendizagem dos estudantes com necessidades

educacionais específicas; e apontar possibilidades pedagógicas e estratégias que favoreçam a efetivação da educação inclusiva no contexto da escola regular. Esses objetivos orientam a construção do estudo e possibilitam uma análise mais aprofundada sobre os limites e as potencialidades da atuação docente frente às demandas da inclusão escolar.

A relevância desta pesquisa também está no fato de que a inclusão não pode ser compreendida apenas como responsabilidade individual do professor, mas como compromisso coletivo da escola e da sociedade. Ainda assim, é no cotidiano da sala de aula que esse processo ganha forma concreta, o que torna indispensável refletir sobre as condições de trabalho docente, os saberes necessários à prática inclusiva e os caminhos possíveis para a construção de experiências pedagógicas mais acolhedoras e significativas. Ao abordar os desafios e as possibilidades da prática docente, este estudo pretende contribuir para o fortalecimento de uma compreensão mais sensível e crítica sobre a inclusão, valorizando o professor como mediador essencial desse processo.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e caráter exploratório.

Assim, este estudo busca contribuir para a ampliação do debate sobre a educação inclusiva na escola regular, reafirmando a necessidade de se pensar a prática docente não apenas como execução de conteúdos, mas como ação pedagógica comprometida com o acolhimento das diferenças, a promoção da equidade e a garantia do direito de aprender.

Em um cenário em que a inclusão ainda enfrenta muitos obstáculos para se concretizar plenamente, torna-se necessário investigar como os professores vivenciam esse processo e quais caminhos podem favorecer uma atuação mais consciente, preparada e humanizada no interior da escola. Diante disso a pesquisa tem como problema de pesquisa: Quais são os principais desafios e as possibilidades encontrados na educação inclusiva na escola regular, e de que forma eles influenciam a prática docente no processo de ensino e aprendizagem?

MÉTODOS

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura, de natureza qualitativa e com caráter exploratório, tendo como finalidade reunir, analisar e discutir produções acadêmicas relacionadas ao tema educação inclusiva na escola regular: desafios e possibilidades para a prática docente. A escolha por essa metodologia se mostrou adequada porque permitiu compreender, com maior profundidade, os conhecimentos já produzidos sobre

a temática, favorecendo uma leitura crítica dos principais conceitos, desafios, avanços e contribuições presentes na literatura científica. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados, permitindo ao pesquisador ampliar sua compreensão sobre o problema investigado e construir análises fundamentadas a partir de diferentes contribuições teóricas.

Para a realização da revisão, foram definidos descritores diretamente relacionados ao objeto de estudo, com o objetivo de localizar produções científicas pertinentes e alinhadas à proposta da pesquisa. Entre os descritores utilizados, destacam-se: educação inclusiva, escola regular, prática docente, inclusão escolar, formação de professores e ensino inclusivo. Em alguns momentos, esses descritores foram combinados entre si por meio de cruzamentos, a fim de refinar os resultados e identificar estudos mais específicos sobre a atuação docente no contexto da inclusão escolar.

As buscas foram realizadas em plataformas reconhecidas pela relevância acadêmica e pela ampla disponibilidade de produções científicas na área da educação. Foram utilizadas, como principais bases de consulta, o Google Acadêmico, a SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES. A escolha dessas plataformas ocorreu por reunirem artigos científicos, dissertações, teses e estudos acadêmicos que contribuem para uma compreensão mais consistente sobre o tema investigado. A seleção dessas bases também possibilitou acessar produções recentes e relevantes, tanto em âmbito nacional quanto em discussões mais amplas relacionadas à inclusão educacional.

5

Para a composição do corpus da pesquisa, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, com o intuito de garantir maior rigor na seleção do material analisado. Como critérios de inclusão, foram considerados: textos publicados em língua portuguesa, disponíveis na íntegra, com acesso gratuito ou institucional, que abordassem diretamente a educação inclusiva na escola regular, os desafios da prática docente, as possibilidades pedagógicas inclusivas ou a formação de professores para a inclusão. Também foram priorizadas produções mais recentes, preferencialmente publicadas nos últimos anos, de modo a assegurar maior atualidade às discussões apresentadas no estudo.

Quanto aos critérios de exclusão, foram desconsiderados os textos duplicados, materiais sem relação direta com o tema proposto, publicações incompletas, resumos sem texto integral disponível, trabalhos com abordagem muito distante do foco da pesquisa e estudos que tratavam da inclusão de forma genérica, sem articulação com a prática docente na escola regular. Também

foram excluídos materiais opinativos sem fundamentação acadêmica consistente, buscando preservar a qualidade teórica da análise desenvolvida.

Após a etapa de busca e seleção, os estudos encontrados passaram por leitura exploratória e, em seguida, por leitura analítica, com o objetivo de identificar os principais argumentos, conceitos e contribuições relacionados ao problema de pesquisa. Esse processo permitiu organizar os conteúdos em eixos temáticos, facilitando a interpretação dos dados bibliográficos e a construção do referencial teórico. Assim, a revisão de literatura não se limitou a reunir textos, mas procurou estabelecer uma análise crítica sobre o que a produção acadêmica revela acerca dos fundamentos da educação inclusiva, dos entraves vividos pelos professores e das possibilidades de construção de práticas pedagógicas mais equitativas.

Dessa maneira, a metodologia adotada permitiu fundamentar teoricamente o estudo de forma consistente, oferecendo base para compreender que a inclusão escolar demanda mais do que garantias legais, exigindo também reflexão crítica, formação docente e compromisso com práticas pedagógicas capazes de acolher a diversidade presente na escola regular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensar a educação inclusiva na escola regular é, antes de tudo, reconhecer que a escola precisa ser um espaço em que todas as crianças e todos os estudantes se sintam pertencentes, respeitados e capazes de aprender. Não se trata apenas de garantir matrícula ou presença física na sala de aula, mas de construir condições reais para a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de cada sujeito, considerando suas singularidades, ritmos e modos de estar no mundo. De acordo com Santos et al. (2025), a educação inclusiva exige fundamentos sólidos, pois sua efetivação depende de concepções pedagógicas consistentes, comprometidas com o direito à educação e com a superação de práticas excludentes historicamente presentes no sistema escolar.

Nesse sentido, o conceito de educação inclusiva ultrapassa a ideia restrita de atender alunos com deficiência e passa a dialogar com uma compreensão mais ampla de diversidade humana. A inclusão envolve acolher diferenças físicas, sensoriais, cognitivas, sociais, culturais e emocionais, entendendo que a escola regular deve se organizar para atender a todos, e não esperar que o aluno se adapte sozinho a um modelo rígido e homogêneo. Como destaca Mechão (2025), a educação inclusiva se sustenta em bases teóricas que defendem a igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras, o que exige uma transformação profunda da cultura

escolar, das práticas pedagógicas e da forma como a diferença é percebida no cotidiano educativo.

Quando se observa o percurso histórico da educação brasileira, percebe-se que a inclusão foi sendo afirmada gradativamente como um direito, especialmente a partir de marcos legais que passaram a reconhecer a educação como bem universal. A Constituição Federal de 1988 foi decisiva nesse processo ao assegurar a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, abrindo espaço para uma compreensão mais democrática do acesso e da permanência escolar. Esse movimento foi posteriormente fortalecido por legislações específicas que passaram a exigir da escola regular uma postura mais ativa diante das necessidades dos estudantes. De acordo com Broering e Broering (2024), os aspectos legais da educação inclusiva são fundamentais porque orientam estratégias de equidade e acessibilidade, dando base jurídica para a construção de práticas educacionais mais justas.

Entre esses marcos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, ocupa lugar central, pois estabelece que a educação especial deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. Essa diretriz não representa apenas uma escolha administrativa, mas um compromisso ético e pedagógico com a convivência na diversidade e com a garantia de oportunidades de aprendizagem em ambientes comuns. A LDB reforça que a escola precisa criar mecanismos para atender às especificidades dos estudantes, o que inclui adaptações, apoio especializado e reorganização das práticas pedagógicas. Conforme Sousa et al. (2025), a política nacional de educação especial inclusiva ganha força exatamente quando articula governança, formação docente e redes de apoio, reconhecendo que a inclusão não se realiza de modo isolado, mas por meio de ações integradas.

Além da LDB, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representa outro marco relevante, pois contribuiu para consolidar a ideia de que o público-alvo da educação especial deve estar inserido na escola comum, com acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar e não substitutiva. Essa política foi importante para deslocar o olhar da segregação para a participação, reforçando que a diferença não pode ser tratada como impedimento para o convívio escolar. De acordo com Fank et al. (2024), dispositivos como a sala de recursos multifuncional surgem nesse contexto como instrumentos importantes para apoiar a inclusão, desde que sejam compreendidos dentro de uma proposta articulada ao currículo e à vida escolar do estudante.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, também se destaca como uma conquista expressiva, pois reafirma o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades, vedando qualquer forma de discriminação. Seu texto fortalece o entendimento de que a deficiência não pode ser motivo para exclusão, recusa de matrícula ou limitação de participação. Mais do que um documento legal, essa legislação carrega um sentido profundamente humano, pois reafirma a dignidade da pessoa com deficiência e o dever das instituições de ensino em oferecer acessibilidade, apoio e condições equitativas. Como afirma Broering e Broering (2024), a legislação inclusiva amplia a responsabilidade das escolas ao exigir medidas concretas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência com qualidade e autonomia.

Outro aspecto essencial nessa discussão é a valorização da diversidade como princípio educativo. Durante muito tempo, a escola foi organizada a partir de padrões considerados normais, o que produziu silenciamentos, exclusões e sofrimentos para aqueles que não se encaixavam nesse modelo. A educação inclusiva propõe romper com essa lógica, compreendendo que a diferença não é um problema a ser corrigido, mas uma dimensão constitutiva da experiência humana. Nesse horizonte, incluir significa rever posturas, currículos, formas de avaliação e relações interpessoais, para que ninguém seja invisibilizado no processo educativo. De acordo com Aguiar et al. (2025), a construção da educação inclusiva depende de uma gestão escolar democrática, capaz de promover participação, diálogo e corresponsabilidade entre todos os sujeitos envolvidos na vida escolar.

8

Também é importante reconhecer que a inclusão se materializa no projeto político-pedagógico da escola, pois é nesse documento que se expressam as concepções, prioridades e compromissos institucionais. Quando a educação especial e a inclusão aparecem de forma consistente no PPP, a escola sinaliza que esse tema não é periférico, mas parte estruturante de sua identidade. Isso implica pensar objetivos, ações, acompanhamento pedagógico e estratégias que contemplem a diversidade de seus estudantes. Conforme Araújo (2025), inserir a educação especial no projeto político-pedagógico é uma tarefa que revela desafios e possibilidades, pois exige que a escola reflita sobre sua prática real e assuma, de maneira consciente, o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que os marcos legais, embora fundamentais, não garantem sozinhos a efetivação da inclusão. Entre o que está assegurado na lei e o que acontece no cotidiano da escola, há um caminho atravessado por limites concretos, como falta de

formação específica, carência de recursos, ausência de apoio multiprofissional e dificuldades na organização pedagógica. Por isso, falar de fundamentos e legislação também exige falar de compromisso prático, de investimento público e de transformação cultural. De acordo com Santos et al. (2025), a solidez da educação inclusiva depende da articulação entre teoria, normativas e ações concretas, pois sem essa integração a inclusão corre o risco de permanecer apenas no discurso, sem alcançar o cotidiano vivido pelos estudantes.

Dessa forma, compreender os fundamentos, os conceitos e os marcos legais da educação inclusiva na escola regular é indispensável para sustentar uma prática docente mais consciente, ética e comprometida com o direito de aprender. A inclusão não deve ser vista como favor, concessão ou desafio individual do professor, mas como princípio estruturante da educação democrática. Quando a escola assume esse compromisso, ela não beneficia apenas os estudantes público-alvo da educação especial, mas toda a comunidade escolar, porque ensina convivência, respeito, cooperação e humanidade. Como ressaltam Sousa et al. (2025), a equidade escolar se fortalece quando políticas, formação e redes de apoio caminham juntas, permitindo que a inclusão deixe de ser promessa e se torne experiência concreta de pertencimento e aprendizagem.

Pensar a prática docente na educação inclusiva é olhar com sinceridade para a realidade vivida diariamente por tantos professores que, dentro da escola regular, se esforçam para ensinar em meio a contextos marcados por diversidade, limites institucionais e exigências cada vez mais complexas. A inclusão, embora assegurada como direito, não se concretiza apenas por meio da matrícula do estudante, pois depende de condições reais para que ele participe, aprenda e se desenvolva com dignidade. Nesse cenário, o trabalho docente ganha centralidade, porque é no cotidiano da sala de aula que a inclusão deixa de ser um princípio abstrato e passa a se manifestar em escolhas pedagógicas, posturas relacionais e formas de acolhimento. De acordo com Silva et al. (2026), a educação inclusiva coloca os professores diante de grandes desafios, mas também abre possibilidades importantes de ressignificação da prática pedagógica, especialmente quando a formação e o apoio institucional são compreendidos como dimensões essenciais desse processo.

Um dos desafios mais recorrentes está relacionado à formação docente. Muitos professores chegam à escola com desejo de incluir, com sensibilidade para acolher as diferenças e com disposição para aprender, mas sem terem recebido, ao longo da formação inicial, subsídios suficientes para lidar com a complexidade da educação inclusiva. Isso gera insegurança, medo

de errar e, muitas vezes, a sensação de que não estão preparados para atender às necessidades específicas de seus alunos. Tal realidade não deve ser interpretada como incapacidade do professor, mas como reflexo de um sistema formativo que ainda precisa avançar muito. Como destacam Machado et al. (2026), a relação entre formação docente e educação inclusiva revela uma lacuna importante na escola básica, exigindo investimentos contínuos em processos formativos que articulem teoria, prática e reflexão crítica sobre o ensino.

Além da formação, a escassez de recursos pedagógicos e estruturais também impacta profundamente a prática docente inclusiva. Em muitas escolas, o professor precisa adaptar materiais, reorganizar atividades e buscar soluções criativas sem contar com recursos acessíveis, tecnologias adequadas ou apoio especializado suficiente. Quando faltam materiais concretos, espaços adaptados, profissionais de apoio e acompanhamento multiprofissional, o trabalho de incluir se torna mais exaustivo e mais solitário. Ainda assim, mesmo diante dessas limitações, muitos docentes constroem caminhos possíveis a partir da escuta, da observação atenta e do compromisso com a aprendizagem de todos. De acordo com Barbosa (2025), as barreiras à prática docente inclusiva não se resumem à dimensão pedagógica, mas envolvem questões estruturais, organizacionais e formativas que interferem diretamente na efetivação de propostas mais equitativas.

10

Outro ponto muito sensível diz respeito às dificuldades de adaptação curricular. Incluir não significa oferecer a mesma atividade da mesma forma para todos, ignorando ritmos, necessidades e modos distintos de aprender. Ao contrário, a educação inclusiva exige flexibilidade curricular, diversificação de estratégias e planejamento capaz de considerar diferentes percursos de aprendizagem. No entanto, muitos professores ainda enfrentam dificuldades para compreender como adaptar objetivos, conteúdos, metodologias e formas de avaliação sem descaracterizar o processo educativo. Essa tensão é comum, especialmente quando há cobrança por resultados padronizados e pouca orientação prática sobre como flexibilizar o currículo de maneira ética e pedagógica. De acordo com Moreira e Abu-El-Haj (2025), a formação do professor para a educação inclusiva precisa contemplar justamente essa capacidade de replanejar o ensino, tornando-o mais acessível, significativo e coerente com a diversidade presente na escola.

As barreiras atitudinais também merecem destaque, porque muitas vezes são elas que mais silenciosamente impedem a inclusão de acontecer de forma plena. Preconceitos, baixas expectativas em relação aos estudantes, resistência à diferença e compreensão limitada sobre o

potencial de aprendizagem das pessoas com deficiência ainda estão presentes em diferentes contextos escolares. Essas barreiras não aparecem apenas em falas explícitas, mas também em pequenas práticas de exclusão, como não envolver o aluno nas atividades, não considerar sua voz ou reduzir sua presença à mera ocupação física do espaço escolar. Superar essas atitudes exige uma transformação cultural profunda, baseada em empatia, conhecimento e compromisso ético. Como aponta Silva (2025), a prática docente inclusiva, inclusive em contextos historicamente mais vulneráveis, como o campo, demanda não apenas estratégias pedagógicas, mas uma mudança de olhar sobre o estudante e sobre suas possibilidades reais de participação e desenvolvimento.

Apesar de todos esses desafios, a prática docente na educação inclusiva também é atravessada por possibilidades potentes, que nascem justamente da capacidade do professor de reinventar o cotidiano escolar. As metodologias inclusivas constituem uma dessas possibilidades, pois ampliam as formas de ensinar e aprender, permitindo que os conteúdos sejam apresentados de maneiras variadas e mais acessíveis. Recursos visuais, atividades lúdicas, experiências sensoriais, trabalho por projetos, uso de diferentes linguagens e organização flexível do tempo e do espaço podem favorecer a participação de todos os estudantes. Mais do que técnicas isoladas, essas metodologias representam uma postura pedagógica que compreende a diferença como elemento constitutivo da sala de aula. De acordo com Barbosa (2025), os caminhos para uma prática docente inclusiva passam pela adoção de estratégias formativas e metodológicas que reconheçam a diversidade como eixo central da ação educativa.

11

As práticas colaborativas também se destacam como uma possibilidade concreta de fortalecimento da inclusão. O professor não pode ser deixado sozinho diante de desafios tão complexos. Quando há diálogo entre docentes, coordenação pedagógica, atendimento educacional especializado, gestão escolar e família, a inclusão se torna mais viável e mais consistente. O trabalho colaborativo permite compartilhar responsabilidades, trocar experiências, construir intervenções mais ajustadas às necessidades dos estudantes e reduzir o sentimento de isolamento profissional. Além disso, esse movimento favorece uma cultura escolar mais sensível à corresponsabilidade. Como afirmam Silva et al. (2026), entre os maiores avanços da educação inclusiva estão justamente as possibilidades construídas por meio de redes de apoio e de uma formação que valorize o fazer coletivo, a escuta entre pares e o desenvolvimento profissional contínuo.

Outro campo de possibilidades está no uso das tecnologias digitais como suporte à inclusão. Quando bem utilizadas, as tecnologias podem ampliar a comunicação, facilitar o acesso aos conteúdos, favorecer autonomia e oferecer alternativas mais personalizadas para o processo de aprendizagem. Ferramentas digitais, recursos de acessibilidade, plataformas interativas e dispositivos adaptados podem contribuir significativamente para a participação dos estudantes, desde que seu uso esteja vinculado a objetivos pedagógicos claros e a uma mediação consciente do professor. Contudo, para que isso aconteça, é necessário superar desigualdades de acesso e investir em formação para o uso crítico dessas tecnologias. De acordo com Dantas et al. (2026), a relação entre educação inclusiva e tecnologias digitais revela desafios atuais importantes, mas também abre possibilidades expressivas para a construção de práticas mais acessíveis, interativas e alinhadas às necessidades dos alunos.

A mediação docente, nesse contexto, é um elemento decisivo. Não basta disponibilizar recursos ou adaptar atividades se o professor não conseguir criar vínculos, observar processos, interpretar sinais de aprendizagem e construir intervenções pedagógicas com sensibilidade. O docente inclusivo é aquele que acolhe sem infantilizar, que desafia sem excluir e que reconhece o estudante para além do diagnóstico. Sua prática é feita de escuta, presença, paciência pedagógica e compromisso com o desenvolvimento de cada sujeito. Essa mediação exige conhecimento técnico, mas exige também humanidade, porque ensinar em uma perspectiva inclusiva é se disponibilizar a aprender com o outro e a reorganizar a própria prática sempre que necessário. Como destacam Machado et al. (2026), a formação docente para a inclusão precisa fortalecer exatamente essa postura reflexiva, crítica e sensível, capaz de articular saber pedagógico, compromisso ético e abertura à diversidade.

12

Assim, os desafios e as possibilidades da prática docente na educação inclusiva mostram que incluir é um processo complexo, mas profundamente necessário. Não se trata de idealizar o cotidiano escolar, ignorando suas dificuldades, nem de responsabilizar individualmente o professor por problemas estruturais maiores. Trata-se de reconhecer que a inclusão exige políticas públicas, apoio institucional, formação continuada, recursos adequados e uma escola comprometida com a equidade. Ao mesmo tempo, é preciso valorizar o papel do docente como sujeito que, mesmo diante de limites, pode criar experiências significativas de pertencimento e aprendizagem. De acordo com Moreira e Abu-El-Haj (2025), a educação inclusiva se fortalece quando o professor encontra condições para transformar insegurança em conhecimento, desafio

em reflexão e diferença em possibilidade pedagógica, construindo uma prática cada vez mais humana, democrática e comprometida com o direito de todos à educação.

CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, foi possível compreender que a educação inclusiva na escola regular não pode ser pensada apenas como uma exigência legal ou como uma proposta pedagógica complementar, mas como um compromisso ético, social e educacional com o direito de todos à aprendizagem. Refletir sobre os desafios e as possibilidades da prática docente nesse contexto significou olhar para a escola como um espaço vivo, atravessado por diferenças, singularidades, limites e também por grandes possibilidades de transformação. Mais do que discutir a presença de estudantes com necessidades educacionais específicas na escola comum, esta pesquisa buscou evidenciar a importância de garantir condições reais para que essa presença se converta em participação, pertencimento e desenvolvimento.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar os desafios e as possibilidades da educação inclusiva na escola regular, considerando suas implicações para a prática docente no processo de ensino e aprendizagem. Esse objetivo foi alcançado à medida que o estudo permitiu identificar que a inclusão escolar, embora respaldada por importantes marcos legais, ainda enfrenta entraves significativos no cotidiano das instituições de ensino. Entre esses desafios, destacaram-se a fragilidade da formação docente inicial e continuada, a escassez de recursos pedagógicos e estruturais, as dificuldades de adaptação curricular e a permanência de barreiras atitudinais que, muitas vezes, dificultam a construção de práticas verdadeiramente inclusivas.

No que se refere aos objetivos específicos, foi possível identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação da educação inclusiva, constatando que muitos docentes ainda atuam em contextos marcados por insegurança profissional, sobrecarga e ausência de apoio suficiente para responder às múltiplas demandas da sala de aula. Também foi possível compreender que a prática docente possui papel central na promoção da inclusão, uma vez que é por meio da mediação pedagógica, do acolhimento, da escuta sensível e da flexibilização das estratégias de ensino que o professor transforma o espaço escolar em ambiente mais acessível e humano. Além disso, o estudo permitiu apontar possibilidades pedagógicas importantes, como o uso de metodologias inclusivas, o trabalho colaborativo, a valorização da diversidade, a reorganização curricular e o fortalecimento de redes de apoio dentro da escola.

Ao retomar a pergunta de pesquisa, que buscava compreender quais são os principais desafios e as possibilidades encontrados na educação inclusiva na escola regular, e de que forma eles influenciam a prática docente no processo de ensino e aprendizagem, conclui-se que tais desafios e possibilidades se encontram profundamente articulados. Isso porque os obstáculos enfrentados pelos professores não anulam a potência transformadora da prática pedagógica, mas evidenciam a necessidade de que ela seja sustentada por políticas públicas consistentes, por formação adequada e por uma cultura escolar comprometida com a equidade. Em outras palavras, a inclusão não depende apenas da boa vontade individual do professor, mas de uma ação coletiva e institucional que reconheça a diversidade como valor constitutivo da escola.

Este estudo também permitiu perceber que a prática docente inclusiva não se reduz a técnicas ou adaptações pontuais. Ela exige mudança de olhar, revisão de concepções e abertura para compreender que cada estudante aprende de maneira singular. Quando o professor deixa de enxergar a diferença como obstáculo e passa a reconhecê-la como parte legítima do processo educativo, a sala de aula se torna um espaço mais democrático, mais sensível e mais coerente com os princípios da educação para todos. Assim, a inclusão deixa de ser apenas um discurso institucional e passa a se materializar em gestos concretos de escuta, planejamento, mediação e valorização da diversidade humana.

14

Entre as contribuições deste estudo para o campo educacional, destaca-se a ampliação da reflexão sobre a centralidade da prática docente na efetivação da educação inclusiva. A pesquisa reforça que discutir inclusão escolar é discutir também formação de professores, currículo, gestão escolar, acessibilidade, relações humanas e compromisso com a justiça educacional. Desse modo, o trabalho contribui para fortalecer o entendimento de que a inclusão precisa ser assumida como princípio orientador da escola regular, e não como ação isolada, eventual ou restrita a determinados profissionais. Também contribui ao evidenciar que práticas pedagógicas inclusivas beneficiam não apenas os estudantes público-alvo da educação especial, mas toda a comunidade escolar, pois favorecem relações mais respeitadas, ambientes mais cooperativos e processos de aprendizagem mais sensíveis às diferenças.

Por fim, conclui-se que falar de educação inclusiva na escola regular é falar de humanidade, de justiça e de compromisso com uma escola que reconhece cada sujeito em sua dignidade. Incluir é mais do que receber, é garantir condições para que todos aprendam, convivam e se desenvolvam com respeito. Nesse processo, o professor ocupa lugar essencial, não porque deva carregar sozinho a responsabilidade da inclusão, mas porque sua prática pode

abrir portas, criar vínculos e transformar trajetórias. Assim, a educação inclusiva se revela não apenas como um desafio da escola contemporânea, mas como uma possibilidade concreta de construir uma educação mais democrática, mais sensível e verdadeiramente comprometida com o direito de todos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. S.; PAZ, J. F. da; SILVA, J. C. R. da; ALBUQUERQUE PINTO, V. de. Desafios da gestão escolar democrática na construção da educação inclusiva: análise teórica e prática no contexto brasileiro. REI-Revista de Educação do UNIDEAU, v. 5, n. 2, p. e333-e333, 2025.

ARAÚJO, I. D. O. A educação especial no Projeto Político Pedagógico: desafios e possibilidades para uma escola inclusiva. 2025.

BARBOSA, M. I. Educação inclusiva e prática docente: barreiras, caminhos e estratégias formativas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 8, p. 1038-1049, 2025.

BROERING, G.; BROERING, S. L. E. Aspectos legais na construção da educação inclusiva: estratégias para garantir equidade e acessibilidade. ARACÊ, v. 6, n. 3, p. 6677-6708, 2024.

DANTAS, L. M.; SANTOS, A. F. S.; SILVA, J. F. da. Educação inclusiva e tecnologias digitais: desafios e possibilidades na atualidade. Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 14, p. 406-420, 2026.

FANK, E.; MAINIERI, C. M. P.; SÁ, S. A. de; SERAFIM, E. D. L. C.; ZACARIAS, V. R. A sala de recursos multifuncional no espectro da educação inclusiva do CEP: fundamentos teóricos e legais. Revista Paideia do Colégio Estadual do Paraná, v. 26, n. 1, 2024.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
MACHADO, L. S.; LEÃO, A. G.; SILVA PINHEIRO, S. M. B. da; SOUSA, J. M. S. de; SILVA, M. V. da; MATOS, A. S. M. C.; et al. Formação docente e educação inclusiva: desafios e possibilidades na escola básica. Revista de Geopolítica, v. 17, n. 1, p. e1299-e1299, 2026.

MECHIÇO, R. A. Educação inclusiva: fundamentos teóricos, políticas internacionais e desafios da escola inclusiva. Dados de África(s), v. 6, n. 11, p. 14-33, 2025.
MOREIRA, L. F. B.; ABU-EL-HAJ, M. F. Formação do professor para a educação inclusiva: desafios e possibilidades. Poiesis Pedagógica, v. 23, p. e2025023-e2025023, 2025.

SANTOS, A. C.; GUSMÃO, A. D. F.; SANTOS, A. M.; ANDRADE, D. L.; SILVA LOPES, F. da; OLIVEIRA, F. S. de; et al. Educação inclusiva: a necessidade de fundamentos sólidos. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 10, p. e19405-e19405, 2025.

SILVA, R. F.; SANTOS, K. C. dos; HAUSSLER, N. S. A.; MADUREIRA, V. S.; RABELO, J. D. S. M. Educação inclusiva e formação de professores: entre desafios e possibilidades. Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 14, p. 459-478, 2026.

SILVA, T. D. A. Educação inclusiva no campo: desafios e estratégias na prática docente para alunos com deficiência intelectual. 2025.

SOUSA, T. S. R.; BATISTA, W. R.; BANDEIRA, J. L. C.; BATISTA, S. V.; SANTOS REIS, D. dos; SILVA, N. X. da; et al. A política nacional de educação especial inclusiva: governança, formação docente e redes de apoio como fundamentos da equidade escolar. *ERROI*, v. 10, n. 6, p. e10250-e10250, 2025.